

**XII Congresso Brasileiro  
de História Econômica**

**13<sup>a</sup> Conferência Internacional  
de História de Empresas**

---

**Niterói,  
28, 29 e 30 de agosto  
de 2017**

**Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise Clométrica acerca  
do Governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961)**

**Indiane Azevedo Queiroz**

**Dallas Kelson Francisco de Souza**

**Anna Carolina Martins**

## **Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise Cliométrica acerca do** **Governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961)**

Indiane Azevedo Queiroz<sup>1</sup>  
Dallas Kelson Francisco de Souza<sup>2</sup>  
Anna Carolina Martins<sup>3</sup>

### **Resumo**

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os efeitos das políticas desenvolvimentistas implementadas durante o Governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961) na economia brasileira, a partir da Cliometria, técnica que permite a aplicação de métodos estatísticos para a realização de testes relativos à histórica econômica. Em suma, busca-se responder à seguinte questão: Se o Brasil não tivesse implementado as políticas Desenvolvimentistas do Plano de Metas, como teria se formado a trajetória de crescimento da Economia Brasileira? Os resultados sugerem que, caso não houvesse a implementação do Plano de Metas, o crescimento da economia brasileira teria apresentado uma trajetória menos expressiva.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentismo, Plano de Metas, Cliometria, Contrafactual, Economia Brasileira.

### **Abstract**

The objective of this paper is to analyze the effects of development policies implemented during the Government of Juscelino Kubistchek (1955-1961) in the Brazilian economy, based on Cliometry, a technique that allows the application of statistical methods for the performance of tests related to economic history. In short, we try to answer the following question: If Brazil had not implemented the Developmental policies of the Plan of Goals, how would the growth trajectory of the Brazilian Economy have formed? The results suggest that if the Plan of Goals were not implemented, the growth of the Brazilian economy would have presented a less expressive trajectory.

**Keywords:** Developmentalism, Goal Plan, Cliometry, Counterfactual, Brazilian Economy.

Desde 1930, a história econômica do Brasil identificou a formação de uma ideologia industrializante, alicerçada pela necessidade de intervenção do Estado, que se

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

baseava na ideia de desenvolvimento do país, vinculando a indústria ao progresso, como via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Dois principais fatores possibilitaram que essa ideologia se consolidasse. O primeiro consistiu na utilização da capacidade ociosa da indústria nos anos 20, bem como a crença do crescimento industrial sucessivo. Quanto ao segundo, o Estado criou um arcabouço capaz de controlar a atividade econômica, fortalecendo sua legitimidade no processo de intervenção e ação. Forma-se no Brasil um Estado Capitalista com bases para acumulação do capital produtivo. Na mesma via, institui-se a formação de um Estado Nacional que permitiu ao governo delinear o espaço de soberania nacional e controlar os mecanismos econômicos.

Nessas bases, o desenvolvimentismo se fez presente no pensamento ideológico brasileiro durante muito tempo, formando-se assim, dois ciclos desenvolvimentistas. Os períodos delimitados por estes ciclos foram compreendidos entre os anos de 1930-1964 (primeiro ciclo) e 1964-1980 (segundo ciclo). Durante o primeiro ciclo, mais precisamente no governo de Juscelino Kubistchek, o desenvolvimentismo tem seu auge com a implementação do Plano de Metas, um conjunto de 31 metas estabelecidas para o período de 1956-1961. Neste processo, o presidente Juscelino conseguiu propor um projeto de desenvolvimento econômico internacionalista por meio da consolidação do Programa Nacional de Desenvolvimento, criando condições favoráveis à entrada do capital estrangeiro. Suas alianças político-militares aliadas à cooperação internacional geraram uma estabilidade do ambiente político, proporcionando um clima favorável de atração do capital externo. Até este momento o país não havia passado por um processo de transformação e crescimento econômico expressivo. Nesse período, a economia cresceu, havendo aumento nos índices de formação bruta de capital fixo, na produção de bens intermediários e de consumo, além de um aumento significativo nas taxas de investimento.

Considerando, portanto, a importância desse contexto político e econômico do país, constituído de grandes transformações econômicas, torna-se relevante realizar estudos que aprofundem a análise do governo Juscelino Kubistchek. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo analisar as políticas desenvolvimentistas brasileiras, enfatizando as implementadas no governo de Juscelino Kubitschek, a partir da utilização do método Cliométrico.

A estrutura do trabalho apresenta-se em quatro secções além desta Introdução e das Considerações Finais. A secção dois refere-se a uma revisão teórica de todo o pensamento desenvolvimentista brasileiro. É realizado um exercício de contraponto de propostas entres os principais intelectuais desta ideologia. A terceira secção contempla o Governo de Juscelino Kubitschek, abordando o Plano de Metas. A quarta secção refere-se à descrição da metodologia utilizada. Por fim, na última secção é apresentada a análise dos resultados obtidos a partir da estimação do modelo proposto.

### **O pensamento desenvolvimentista brasileiro**

A compreensão das questões relacionadas à Economia brasileira ao longo dos séculos XX e XXI requer um estudo sobre os principais temas e as principais interpretações acerca do Desenvolvimento Econômico, que por definição, consiste fundamentalmente em um processo pelo qual há crescimento com transformação estrutural, condizente ao aumento da produtividade no trabalho e melhoria no bem-estar social, e ideologicamente por meio de uma combinação entre o estado e o mercado.

No Brasil, o processo de desenvolvimento proporcionou a partir dos anos 1930, o surgimento de uma corrente ideológica, que apesar de apresentar divergências entre seus defensores, tornou-se a principal Política Econômica Brasileira até o início dos anos 1980 e entre os anos de 2002 a 2010, o Desenvolvimentismo.

Bielschowsky (2000) define “desenvolvimentismo” como a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida a partir do projeto de desenvolvimento econômico e social que compõe quatro pontos fundamentais:

- i. A industrialização integral é via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- ii. Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje;
- iii. O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão;

- iv. O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

O pensamento desenvolvimentista proporcionou a formação de dois grandes ciclos ideológicos: o primeiro constituiu-se entre 1930 a 1964, o segundo, entre 1964 a 1980. De forma sucinta, o primeiro ciclo organizou o debate sobre o nacional desenvolvimentismo, enquanto o segundo caracterizou-se pelo aprofundamento da internacionalização do processo de industrialização. Além desses ciclos, alguns pensadores, como Silva (2010) e Bresser-Perreira (2002) debatem na atualidade um ressurgimento do desenvolvimentismo, chamado de neo-desenvolvimentismo, no período entre 2002 a 2010, compreendido pelo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

### **Primeiro Ciclo Ideológico Desenvolvimentista: 1930-1960**

Dentro do primeiro ciclo, 1930 – 64, dividimos o pensamento em três fases. A primeira fase referente à origem do desenvolvimentismo, entre os anos de 1930 – 44, a segunda, de amadurecimento, no período de 1944 – 55, o terceiro e período, compreendido entre 1956 – 64, referente tanto ao auge quanto à crise do pensamento desenvolvimentista.

No seu período de origem, dois principais fatores deram sustentação a seu surgimento: um vigoroso surto industrial e a formação de uma consciência desenvolvimentista. Neste período também, foram criados seis órgãos de planejamento de alcance nacional, sendo eles: DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior, CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças, Coordenação de Mobilização Econômica – CME, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC e a Comissão de Planejamento Econômico – CPE.

Em sua fase de amadurecimento compreendido pelo período de 1944 – 55, a economia brasileira encontrava-se nos anos finais da guerra, em franca expansão econômica. As taxas anuais decréscimo do PIB giravam em torno de 8%. O grande problema, em relação ao pensamento desenvolvimentista, era que os principais temas

econômicos mais debatidos (protecionismo, intervenção estatal, inflação, balanço de pagamentos), possuíam semelhanças em relação ao ponto de vista da ideologia liberal, além dos debates girarem em torno de uma concepção que o Brasil tinha uma “vocação agrária”. Neste contexto, o pensamento econ mico também estava voltado às discussões sobre o pacto social. Neste momento as lideranças empresariais começaram, juntamente com membros do Congresso, a apontar o Estado como guardião da “justiça social”.

Passou-se assim o período de ressurgimento liberal no imediato pós-guerra e dessa forma, as ideias desenvolvimentistas foram amadurecendo. Dentre os fatores básicos para o fortalecimento da corrente temos uma insistente demanda por parte dos empresários no sentido de viabilizar a reposi o do maquinário industrial, ou seja, uma política de “reaparelhamento econ mico” e um momento mundial de planejamento, não só na Europa como um todo, mas em países subdesenvolvidos, como a  ndia.

O principal fator, no entanto, foi sem d vida, a cria o da CEPAL – Comissão Econ mica para a América Latina. Este  rg o das Na es Unidas declarou que estava ocorrendo um violento processo de transforma o nas economias do continente, liderada pela indústria espontânea. Essa indústria dos países periféricos correspondia a um novo estágio no desenvolvimento da humanidade, sendo que a industrializa o vinha ocorrendo de forma problemática, dado sua infinidade de dificuldades inerentes às estruturas econ micas pouco diversificadas.

O último período deste ciclo desenvolvimentista corresponde ao momento de auge e crise. Seu auge ocorreu durante o governo de Juscelino Kubistchek, que logo após se empossar no cargo de Presidente lançou o Plano de Metas, maior instrumento de planejamento da história do Brasil. Quanto à crise desta corrente, podemos associ -la certamente às transforma es que ocorreram no quadro político brasileiro que levaram, consecutivamente, a uma mudança na dinâmica da economia brasileira. Sintetizando seu quadro de crise, no âmbito econ mico podemos destacar os problemas conjunturais de infla o, a crise no balanço de pagamentos e as “reformas de base”, em particular, a reforma agrária, além da crise monetária financeira de 1961 – 62 até a recessão de 1963. No âmbito político, mobiliza es e movimentos sociais ganhavam profundidade jamais alcançada.

Essas duas abordagens, além de outros fatores, como a reformula o analítica do pensamento da CEPAL, contribuíram para a crise do pensamento desenvolvimentista,

que só veio a retomar nos debates do pensamento econômico brasileiro em meados da década de 1960.

### **Segundo Ciclo Ideológico Desenvolvimentista: 1964-1980**

O pensamento desenvolvimentista prosseguiu hegemônico nos anos que seguiram. A corrente passou por um realinhamento temático, buscando sempre se adequar ao contexto socioeconômico dos anos 1960, bem como ao contexto político correspondente aos governos militares que levaram o país, ao final dos anos 1970, a uma crise econômica e política, que iria se perpetuar ao longo dos anos 1980. Dessa forma, o novo projeto desenvolvimentista, de acordo com Silva (2010), passou a ser questionado em três aspectos. O primeiro se refere à sustentação macroeconômica; o segundo, na composição de capitais que o sustentava, e o terceiro na questão social, principalmente no âmbito da reforma agrária e da distribuição de renda.

Os líderes intelectuais desenvolvimentistas deste período dividiram-se em dois principais grupos. O primeiro grupo era composto pelos economistas “governistas”, como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto, Hélio Beltrão e João Paulo dos Reis Veloso. O segundo grupo era composto pelos desenvolvimentistas de oposição, também chamados de desenvolvimentistas “críticos”, como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antônio Barros Castro, José Serra, Edmar Bacha e Pedro Malan.

Silva (2010) apresenta uma trilogia básica da discussão destes desenvolvimentistas acerca das políticas apresentadas pelos seus opositores, os desenvolvimentistas “governistas”. Segundo ele, de forma bem geral, tanto os “governistas” quanto os “críticos” buscavam respostas a três principais questões, sendo estas: viabilidade da retomada do crescimento, que estimulasse a reflexão sobre seus determinantes e sua sustentação; relações entre o processo de industrialização e os problemas sociais que o mesmo estaria provocando; e a contribuição relativa do Estado, do capital estrangeiro e do capital privado nacional ao processo de desenvolvimento.

## **Kubitschek – a áurea do desenvolvimentismo**

### **O desenvolvimentismo no Governo de Juscelino Kubitschek**

O projeto posto em prática no Brasil durante a década de 1950 foi o Projeto Nacional Desenvolvimentista, com influência Keynesiana. Segundo este projeto, era necessário um estado planejador, promotor do desenvolvimento da indústria nacional. As bases dos instrumentos ideológicos foram fornecidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Esta estabeleceu a concepção de centro-periferia. A concepção foi abordada inicialmente nos estudos de Raul Prebisch (1951), que afirmava:

Os termos que se estabelecem no comércio internacional não tem como objetivo primordial elevar o nível de vida da população da periferia, e, nesse contexto, um maior protagonismo do comércio livre e do mercado serve principalmente para permitir que os centros satisfaçam de maneira mais econômica o próprio consumo. (PREBISCH,1951.p. 40)

Havia nesses estudos, uma crítica à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Nessa teoria, Ricardo abordava que cada país deveria se especializar na produção dos bens que obtinha maior vantagem econômica. Dessa forma, sendo o Brasil um país de imensa base de recursos naturais, deveria se especializar e exportar esses recursos. Já os Estados Unidos, por exemplo, que tem grande desenvolvimento tecnológico deveria fazer o mesmo com seus produtos. E assim prevalecia a divisão internacional do trabalho, com a especialização produtiva dos países segundo sua dotação de recursos.

Era nesse ponto que se firmava o subdesenvolvimento para Prebisch. Era um fator estrutural. O subdesenvolvimento se caracterizava pela produção agroexportadora, sendo necessário um processo de substituição de importação de produtos industriais. Somente através da industrialização que seria possível a formação da renda nacional. A forma de financiamento deveria ser o capital estrangeiro ou a poupança interna. Como o Brasil e a maioria das economias latinas americanas não tinham recursos financeiros, a opção mais indicada como forma de aumentar os investimentos era por meio do capital externo. Segundo Mantega (1984):

A escassez de capital nos países periféricos conduziriam não apenas à baixa produtividade e à pouca renda, como também a um baixo poder

de compra da população e do mercado limitativo da expansão industrial. Em vista disso, os países de baixa formação de capital permanecem atados ao círculo vicioso da pobreza.(MANTEGA, 1984,pg 50)

Ao passo que as medidas Cepalinas foram postas em prática, as questões econômicas ganharam destaque, fazendo com que as questões sociais fossem esquecidas. É fato que do ponto de vista econômico, o modelo cepalino implementado deu certo, dado que o país adotou um crescimento voltado “para dentro”. O âmbito social só foi posto em pauta, e suas questões repensadas, no segundo ciclo ideológico desenvolvimentista brasileiro.

É fundamental sabermos que as diretrizes do governo seguiram uma espécie de obediência a uma cartilha cepalina de desenvolvimento. O estado começou a oferecer insumos para realizar os investimentos básicos em infraestrutura, além de incentivar o capital privado a investir. Dessa forma, o presidente Juscelino conseguiu promover pesados investimentos públicos e privados em setores industriais e de infraestrutura, reunidos em seu Programa de Metas, lançado logo após assumir o governo.

## **O Plano de Metas**

O Plano de Metas consistiu em uma mudança significativa de concepção em relação ao governo anterior, cujo projeto era nacionalista. Kubitschek implementou uma política desenvolvimentista utilizando o instrumento de planejamento, e sintetizando sua proposta política de desenvolvimento industrial acelerado. Adotava as ideias desenvolvimentistas e tinha uma clara aceitação da predominância do capital externo, limitando o capital interno a um papel menor.

O Plano correspondeu ao auge do período de industrialização do Brasil. Foi um programa ousado de investimentos que visava acabar com os gargalos produtivos que impediam a instalação definitiva de todos os setores industriais do país. Para sua elaboração, contou com o diagnóstico do grupo Misto BNDE-CEPAL. Esta equipe, criada em 1954, elaborou um levantamento dos principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, identificando as áreas industriais com demanda reprimida, as quais somente as importações não conseguiriam amenizar devido à escassez estrutural de divisas na economia brasileira. Segundo Bielschowsky (2000), esses pontos de

estrangulamento eram “*áreas de demanda insatisfeita em função das características desequilibradas do desenvolvimento econômico*”. Não visava, portanto, um planejamento global, pelo contrário, concentrava-se em setores chaves da economia, englobando um quarto da produção nacional. O Plano pode ser dividido em três principais fases:

- 1) Investimentos estatais em infraestrutura, com destaque para os setores de transportes e energia elétrica. No que diz respeito aos transportes, cabe destacar as mudanças de prioridade, que, até o governo Vargas, centrava-se no setor ferroviário, e passou para o rodoviário, que estava em consonância com o objetivo de introduzir o setor automobilístico no país;
- 2) Estímulo ao aumento de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, o zinco, etc., que foram objeto de planos específicos e;
- 3) Incentivos à introdução dos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Além das metas estabelecidas para esses setores, destaca-se a Meta síntese – construção de Brasília. A cidade foi construída num tempo recorde e estima-se que as despesas com a sua construção tenham sido da ordem de 250 a 300 bilhões de cruzeiros, em preços de 1961, ou seja, Brasília mobilizou 2,3% do Produto Nacional Bruto – PNB daquele ano.

Era preciso muito dinheiro para financiar esse Plano, e consecutivamente o crescimento do país, mas a situação econômica herdada do Governo Vargas e de Café Filho não era favorável, dado um enorme déficit do Tesouro e a queda das exportações. Como alternativa, foram utilizados os principais instrumentos de ação do governo para concretização de suas metas, dentre os quais os investimentos estatais, o crédito com juros baixos junto a uma carência longa por meio do Banco do Brasil e do BNDE, e uma política de reserva de mercado e concessão de avais para obtenção de empréstimos externos. E foi justamente quanto aos empréstimos externos que o presidente Juscelino era mais contundente. Acreditava que vivíamos em uma época de nova conjuntura internacional, e que para recuperarmos o tempo perdido, era necessário romper as barreiras do subdesenvolvimento. Somente com os investimentos estrangeiros, segundo ele, isso seria possível.

A implantação desta política tinha como principal objetivo acelerar o processo de importação de equipamentos industriais sem sobrecarregar o mercado de divisas e o

balanço de pagamentos. Dessa forma, houve um claro favorecimento às empresas estrangeiras, dado que o artigo da instrução que permita que as empresas brasileiras também pudessem importar equipamentos sem cobertura cambial, não chegou a ser implementado. Ficou clara a existência de uma desigualdade entre empresas nacionais e estrangeiras.

Segundo Furtado (1986),

(...) Na realidade, no entanto, a lei favoreceu muito mais as empresas multinacionais instaladas no País, que se viram protegidas de suas concorrentes internacionais, do que as empresas privadas nacionais que, de modo geral, sem capital, carentes de melhor tecnologia, com limitada capacidade empresarial e falta de mercados externos, não tinham condições mesmo de competir com o concorrente externo. Algumas, inclusive, foram incorporadas ou extintas. (FURTADO, 1986.p. 163-164).

É importante lembramos que essas leis promoviam o crescimento da indústria, propiciando benefício ao setor local pelo impacto sobre o mercado interno, principalmente em setores como da construção civil, rodoviária, material elétrico e eletrônico.

O país apresentou um crescimento real com a implementação do Plano, sendo a base para esse crescimento a grande expansão da produção industrial. O PSI - Processo de Substituição de Importações, iniciado em 1930, entrou em uma nova fase, principalmente na indústria de bens de capital. E o objetivo da rápida industrialização foi atingido a partir de 1958.

## **Cliometria e aspectos metodológicos**

### **Cliometria**

A cliometria apareceu na nova vertente historiográfica em setembro de 1957, na Conferência sobre Renda e Riqueza organizada pelo “*National Bureau of Economic Research – NBER*” em Williamstown, Massachusetts. Existem controvérsias sobre a denominação desta nova linhagem de pesquisa e, portanto, alguns estudiosos preferem chamá-la de História Econométrica, História Quantitativa ou Nova História Econômica. Utilizaremos o termo Cliometria que foi cunhado por Stanley Reiter para descrever um estilo quantitativo histórico que liga a musa da história, Clio, com medição e métricas.

O primeiro trabalho nesses termos relacionados à história foi a Escravidão dos Estados Unidos, escrito por Alfred Conrad e João Meyer em 1958 denominado “*The Economics of Slavery in the Antebellum South*”. Neste trabalho, de acordo com GRANDI:

Os autores, (...), formularam funções de produção para zonas algodoeiras de distintas produtividades com o intuito de rebater as conclusões, (...), sobre a rentabilidade da escravidão e o Caráter ideológico como força motriz do continuísmo desse sistema econômico, bem como sua intrínseca conexão com a eclosão da Guerra de Sucessão entre o sul agrário e o norte industrializado.” (...) “Conrad e Meyer defendiam que os historiadores devem se preocupar em buscar nexos causais da História através da utilização de arcabouços teóricos metodológicos de outras ciências, em especial, a ciência econômica. (GRANDI, 2009, pg 32)

A partir desse trabalho, a cliometria se fortalece com o aparecimento de um conjunto de trabalhos teóricos sendo os economistas Douglas North, William Parker e Robert Fogel, precursores dessa corrente. Fogel (1983) defende que a cliometria simboliza o mais novo desenvolvimento da história científica, que em termos de abordagem se opõe a história tradicional.

Os historiadores econometristas encontraram a partir de 1966 no periódico *Journal of Economic History*, um lócus seguro para a difusão dos principais resultados de seus trabalhos. Na França e nos Estados Unidos tem-se discutido muito essa vertente, principalmente em relação à importância do arcabouço teórico de outras ciências sociais e das técnicas estatísticas para o estudo histórico do desempenho macroeconômico dos países ao longo do tempo. Nos Estados Unidos foi criado a “*The Cliometric Society*” e na França a “*Association Française de Cliométrie – AFC*”. A concessão do Prêmio Nobel de Economia a Douglas North e Robert Fogel, em 1993, consagrou esta disciplina como um subcampo totalmente aceito na Economia.

Na Cliometria, existem dois modos de discurso: o positivo e o normativo. A análise do discurso positivo consiste em se pensar: “o que é”. Este é um ramo empírico da disciplina, e é usado para fazer previsões qualitativas e organizar dados para o teste destas previsões. É previsível e empírica. Já a análise do normativo observa: “o que deveria ser” e, portanto, consiste no ramo da ética da cliometria preocupada com eficiência, justiça distributiva e social e prescrever medidas corretivas para melhorar o bem-estar social.

Dessa forma, a Cliometria responde que é possível, em casos contrários, construir uma situação fictícia (contrafactual) que pode ser utilizada para medir o desvio entre o que aconteceu na verdade e o que poderia ter ocorrido em circunstâncias diferentes. Este é o princípio metodológico utilizado neste trabalho.

### **Contrafactuais**

A nossa imaginação nos permite criar suposições sobre possibilidades e impossibilidades. Essas impossibilidades denominam-se pensamento contrafactual, ou seja, o pensamento sobre estados de coisas contrárias aos fatos. A relevância desse pensamento tem sido analisada em diversos domínios, sendo expresso sobre a forma de uma frase condicional, cujo conteúdo tende a apontar para uma mudança relativamente a um estado de coisas factual.

A relação dos condicionantes contrafactuais com o estado de coisas factual assenta-se na falsidade do seu antecedente. Dessa forma, a investigação desse trabalho pressupõe a quantificação dos efeitos de políticas macroeconômicas sobre o crescimento econômico, por meio da construção de um cenário contrafactual, do impacto que a não adoção de políticas desenvolvimentistas, especificamente no governo Juscelino Kubitschek, teria no crescimento da economia brasileira.

### **Variáveis e dados**

#### **Variáveis de política Econômica**

##### **i) Produto Interno Bruto – PIB ( $\pi$ )**

Para mensurar o nível de atividade econômica, será utilizada a variável PIB, que representa a soma de toda a produção de bens e serviços de um país ao longo de um ano. Para obtenção da taxa de crescimento do PIB, foi utilizada a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a partir do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV, que calcula a variação real anual.

##### **ii) Taxa de Investimento ( $\delta$ )**

Como forma de mensurar, em nível agregado, o desempenho econômico bem como a acumulação de capital e a capacidade de expansão da economia, será utilizada a taxa de Investimento. Segundo a perspectiva Keynesiana, é o componente mais instável

da demanda agregada e natural responsável pelas variações na renda e no emprego. Os dados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a partir do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

**iii) Taxa de Câmbio ( $\sigma$ )**

Para mensurar o comportamento do poder de comprar frente ao mercado externo, ou seja, a competitividade dos produtos nacionais no mercado interno, será utilizada a variável do mercado de câmbio. Esta consiste na política econômica mais apropriada para equilíbrio e regulação do balanço de pagamentos. A taxa de Câmbio refere-se à paridade R\$/US\$ comercial; foi obtida junto ao Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS do Banco Central do Brasil – BACEN, a partir do boletim, seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP) - BM12\_ERC12.

**iv) Inflação ( $\psi$ )**

Com o objetivo de mensurar o grau de estabilidade macroeconômica, utilizaremos a taxa de inflação anual. Os dados referentes à inflação foram obtidos a partir do cálculo do IGP – DI, obtidos juntos a Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica – IGP (FVG/Conj. Econ.– IGP).

**v) Consumo do Governo ( $\lambda$ )**

Para mensurar as ações do Governo através de uma variável de Política Fiscal, será utilizado o Consumo do Governo em relação ao PIB. Os valores foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a partir do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

A opção por essas variáveis foi motivada por duas razões principais. A primeira consiste no fato delas serem amplamente utilizadas na literatura para explicar o crescimento econômico. A segunda consiste no fato delas representarem aspectos importantes da política econômica adotada durante o período do Plano de Metas, ou seja, elas referem-se a aspectos fundamentais da política de desenvolvimento do Governo de Juscelino. Conforme discutido nas seções anteriores, entre as principais reformas associadas, destacam-se sob o ponto de vista do crescimento econômico as reformas nos cinco setores da economia, que estão representadas, em grande parte, pelas variáveis de política econômica utilizadas nesse estudo.

Realizada essa abordagem em relação à metodologia utilizada, no capítulo que se segue serão apresentados os resultados obtidos a partir da estimação do modelo VAR, bem como o resultado da análise contrafactual realizada.

## **Análise de resultados - modelo VAR**

Nesta última seção, serão apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da estimação do modelo VAR. Os dados referentes à Economia Brasileira abrangem o período de 1947 a 1980 e tem periodicidade anual, totalizando 33 observações.

## **Especificação do modelo VAR**

O modelo VAR é adequado para analisar as inter-relações entre múltiplas séries temporais, partindo do pressuposto que todas as variáveis são determinadas dentro de um sistema de equações. Nessa perspectiva, este procedimento permite aperfeiçoar o nível da previsão de uma série temporal por considerar a possibilidade que as variáveis sejam mutuamente influenciadas uma pela outra. (Enders, 2010)

Nesse estudo, foi estimado um VAR com as seguintes especificações:

$$x_t = \alpha + B_1(L)x_{t-1} + B_2D^F + B_3(L)D^F x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

- $X_t$  representa o vetor 5 x 1 das variáveis endógenas  $\pi, \delta, \lambda, \sigma, \psi$ ;
- $-\alpha$  representa o vetor 5 x 1 de termos independentes;
- $-D^F$  representa uma variável *dummy* que assume o valor de 0 no período entre os anos de 1947 a 1955 e 1962 a 1980 e o valor de 1 no período entre 1956 a 1961 (Plano de Metas);
- $B_1(L)$  representa a matriz 5 x 5 com os polinômios dos operadores de defasamentos associados às variáveis endógenas defasadas de um ano;
- $-B_2$  representa o vetor 5 x 1 com os coeficientes associados à variável *dummy*;
- $B_3(L)$  representa a matriz 5 x 5 com os polinômios dos operadores de defasamentos associados aos termos interativos entre as variável *dummy* e as variáveis endógenas defasadas de um ano.

- $-\varepsilon_t$  representa o vetor  $5 \times 1$  que capta as perturbações aleatórias, pressupondo-se que  $E(\varepsilon_t) = 0$ ,  $E(\varepsilon_t \varepsilon_t) = \Sigma$  e  $E(\varepsilon_t \varepsilon_{t-1}) = 0$  para todo e qualquer elemento  $\varepsilon_t$  do vetor  $\varepsilon_t$ ;

### **Estratégia Econométrica: construção dos cenários**

Nesse estudo, inicialmente estima-se o modelo:

$$x_t = \alpha + B_1(L)x_{t-1} + B_2 D^F + B_3(L)D^F x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Obtendo-se:

$$\hat{x}_t = \hat{\alpha} + \hat{B}_1(L)x_{t-1} + \hat{B}_2 D^F + \hat{B}_3(L)D^F x_{t-1} \quad (3)$$

$$\text{(com } D^F=1 \text{ para } t=1956-1961; \text{ e } D^F=0 \text{ para } 1955 \leq t \leq 1962) \quad (4)$$

Em seguida, são gerados, recursivamente, os modelos:

$$x_t^F = \hat{\alpha} + \hat{B}_1(L)x_{t-1}^F + \hat{B}_2 D^F + \hat{B}_3(L)D^F x_{t-1}^F + \varepsilon_t \quad (5)$$

$$x_t^C = \hat{\alpha} + \hat{B}_1(L)x_{t-1}^C + \varepsilon_t \quad (6)$$

Sendo  $X_t^F$  o modelo factual (que visa descrever a estrutura da economia brasileira com o Plano de Metas); e  $X_t^C$  o modelo contrafactual (que visa descrever a estrutura da economia brasileira sem o Plano de Metas).

A partir de (2) e (3), é estimada a diferença:

$$\Delta x_t^{CF} = x_t^F - x_t^C \quad (7)$$

Que procura captar o impacto das políticas desenvolvimentistas do Governo Juscelino Kubitschek.

A expressão (7) tem o seguinte desenvolvimento:

$$\Delta x_t^{FC} = \hat{B}_1(L)(x_{t-1}^F - x_{t-1}^C) \hat{B}_2 + \hat{B}_3(L)(x_{t-1}^F - x_{t-1}^C) \quad (8)$$

Como visto na especificação do modelo (5.1), é preciso determinar o número de defasagens a ser aplicado às variáveis endógenas. O procedimento adotado é exposto a seguir.

A determinação do número de defasagens não é trivial, já que elevadas ou baixas defasagens podem prejudicar o poder do teste estatístico. Dessa forma, para estabelecer o número de defasagens adequado foram utilizados os critérios: Erro de Predição Final

(FPE)<sup>4</sup>, AIC (Akaike Information Criteria), HQIC (Hannan - Quinn Information Criteria) e SBIC (Schwartz Bayesian Information Criteria)

A melhor escolha refere-se à defasagem 4, segundo três critérios (FPE, AIC e HQIC), que apresentaram os menores valores para o teste. Porém, foi feita a opção por manter apenas uma defasagem, com base no resultado do critério SBIC, devido ao tamanho reduzido da amostra. Esse critério baseia-se na função de verossimilhança. A tabela abaixo apresenta os resultados para cada critério.

**Tabela 1 - Defasagens**

Amostra: 1951 - 1980			Número de observações = 30					
lag	LL	LR	Df	p	FPE	AIC	HQIC	SBIC
0	-372.238				57521.8	25.1492	25.2239	25.3827
1	-317.496	109.48	25	0.000	8138.58	23.1664	23.6147	24.5676*
2	-299.258	36.478	25	0.065	14865.3	23.6172	24.439	26.186
3	-277.14	44.235	25	0.010	27849	23.8093	25.0047	27.5459
4	-206.244	141.79*	25	0.000	3764*	20.7496*	22.3185*	25.6538

Fonte: Elaboração Própria

Nota: Endógenas:  $\pi, \delta, \lambda, \sigma, \psi$

Exógenas: \_cons

O próximo passo, antes da estimação do modelo, é realizar os testes de raiz unitária. Quando se trabalha com dados de séries temporais, é fundamental verificar a presença ou não de raiz unitária. Para tanto, aplicou-se o teste de Estacionaridade de Dickey-Fuller para as seguintes variáveis: PIB (pib), Taxa de Investimento (invest), Inflação (inflação), Participação do Consumo no Governo (consgoverno) e Taxa de Câmbio (cambio).

No teste de Estacionaridade de Dickey-Fuller observou-se a não estacionaridade das séries relacionadas ao investimento, ao consumo do governo e à taxa de inflação

<sup>4</sup> Os critérios AIC, HQIC e SBIC foram descritos na metodologia. O critério FPE consiste em estimar o erro quadrático médio de previsão a 1-passo para uma realização independente da realização observada e utilizada para estimar os parâmetros do processo.

(inflação). Porém, devido ao pequeno tamanho da amostra, o modelo foi estimado sem diferenciar essas variáveis<sup>5</sup>.

**Tabela 2 - Testes de Estacionariedade de Dickey-Fuller**

D-F	Teste Estatístico	Valor Crítico a 1%	Valor Crítico a 5%	Valor Crítico a 10%
<b>Invest (<math>\delta</math>)</b>	-0.888	- 3.696	- 2.978	- 2.620
<b>Consigoverno (<math>\lambda</math>)</b>	-2.602	-3.696	- 2.978	-2.620
<b>Cambio (<math>\sigma</math>)</b>	- 3.186	- 3.696	- 2.978	- 2.620
<b>PIB (<math>\pi</math>)</b>	-3.924	- 3.696	- 2.978	- 2.620
<b>Inflação (<math>\psi</math>)</b>	-1.461	- 3.696	- 2.978	- 2.620

Fonte: Elaboração Própria.

### Resultados e análise do modelo VAR

A tabela a seguir apresenta a estrutura e os resultados do VAR de base estimado<sup>6</sup>:

**Tabela 3 - Modelo VAR**

	$\pi$	$\delta$	$\lambda$	$\sigma$	$\psi$
$\pi_{t-1}$	-0,0842496 (-0,49)	0,6247601 (3,56)	1,088552 (1,61)	0,0136864 (0,06)	-0,1010886 (-4,48)
$\delta_{t-1}$	0,0809366 (0,88)	1,01093 (10,83)	0,1080469 (0,3)	0,1563866 (1,39)	-0,0088117 (-0,73)
$\lambda_{t-1}$	-0,0211236 (-0,39)	-,1912781 (-3,45)	0,0771191 (0,36)	-0,0831723 (-1,24)	0,0001599 (0,02)

<sup>5</sup> Segundo Vandaele (1983), na análise de correlogramas de séries temporais, se para  $k > 5$  (sendo  $k$  o número de lags ou defasagens) o valor de  $r_k$  (coeficiente de autocorrelação amostral - AC) for menor que 0,7 (em módulo), a série pode ser considerada estacionária. Conforme essa regra, ao analisar os correlogramas (que constam nos anexos) das séries analisadas, estas podem ser consideradas estacionárias. Ainda que pelo teste DF três tenham raiz unitária, os correlogramas mostram que o coeficiente de autocorrelação cai rapidamente e mantém-se baixo.

<sup>6</sup> A estimação econométrica do modelo em questão foi feita com o auxílio do Software Stata 9.0.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise Cliométrica acerca do Governo de Juscelino**  
**Kubistchek (1955-1961)**

$\sigma_{t-1}$	-0,1208678 (0,78)	-,3205398 (-2,05)	-0,9946098 (-1,65)	0,2686645 (1,42)	0,0265477 (1,32)
$\psi_{t-1}$	-1,571078 (-1,56)	1,431876 (1,4)	-0,2572885 (-0,07)	-1,33196 (-1,08)	0,651162 (4,95)
$d$	0,2015234 (0,869)	-,6916568 (-0,9)	0,6379414 (0,081)	0,4857082 (0,684)	3,00748 (0,697)
$d\pi_{t-1}$	0,0108155 (0,27)	-0,774176 (-1,89)	-0,1028662 (-0,65)	-0,0730114 (-1,48)	-0,00033274 (-0,06)
$d\delta_{t-1}$	0,0540776 (0,27)	-0,387088 (-1,89)	-0,5143308 (-0,65)	0,3650568 (-1,48)	-0,001637 (-0,06)
$d\lambda_{t-1}$	0,0473645 (0,27)	-,3390357 (-1,89)	-0,4504829 (-0,65)	-0,3197394 (-1,48)	-0,0014338 (-0,06)
$d\sigma_{t-1}$	0,0088762 (0,27)	-,0635358 (-1,89)	-0,0844212 (-0,65)	-0,0599197 (-1,48)	-0,0002687 (-0,06)
$d\psi_{t-1}$	0,0986823 (0,27)	-,7063689 (-1,89)	-0,9385651 (-0,65)	-0,6661657 (-1,48)	-0,0029872 (-0,06)
$R^2$	0,57	0,90	0,54	0,53	0,71

**Fonte:** Elaboração Própria

**Nota:** Os valores entre parênteses correspondem aos valores de t.

Diante do grande número de coeficientes estimados, não será feita a interpretação individual destes. Para grande parte dos coeficientes, a razão T é baixa, o que corresponde a não significância estatística. Contudo, considerando a grande quantidade de variáveis, incluindo a inter-relação entre elas e respectivos defasamentos, a ocorrência de multicolinearidade é inevitável, o que resulta em estatísticas de teste T subestimadas.

Pela saída da regressão, é possível verificar o efeito de cada variável endógena defasada sobre as demais variáveis (contemporâneas). Por exemplo, na primeira linha da tabela, verifica-se que há um efeito significativo e positivo entre o  $PIB_{t-1}$  e a taxa de

investimento ( $t=3,56$ ). Ou seja, quanto maior a variação do PIB no ano anterior, maior a taxa de investimento no ano seguinte.

### **Análise dos cenários factuais e contrafactuais**

Nesse estudo, foram especificados dois cenários (ou modelos), um factual e outro contrafactual, sendo eles:

- i) **Cenário factual:** procura descrever a estrutura da economia durante a aplicação das políticas desenvolvimentistas referentes ao Plano de Metas;
- ii) **Cenário Contrafactual:** procura descrever a estrutura da economia se ela não tivesse adotado as políticas desenvolvimentistas referentes ao Plano de Metas.

O pressuposto é que a diferença entre a trajetória gerada pelo modelo contrafactual e pelo modelo factual capta o impacto das políticas desenvolvimentistas do Governo JK na economia brasileira<sup>7</sup>.

A partir dos resultados extraídos do modelo VAR de base, foi possível estimar os seguintes valores (mínimo, máximo, médio; além do desvio-padrão) para esses cenários; além da variação factual/contrafactual, os resultados são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 4 - Síntese do Modelo VAR – Cenários: Factual e Contrafactual**

		Situação "Contrafactual"	Situação "factual"	Variação Factual -contrafactual
<b>Produto Interno Bruto</b>	Mínimo	0,74	6,72	5,98
	Média	7,19	9,00	1,81
	Máximo	10,45	11,00	0,55
	Desv.padrão	2,32	1,53	-0,79
<b>Taxa de Investimento</b>	Mínimo	13,20	12,41	-0,79
	Média	17,97	14,74	-3,23
	Máximo	23,33	17,31	-6,02
	Desv.padrão	3,25	1,86	-1,39
<b>Consumo do Governo</b>	Mínimo	-1,74	2,93	4,67
	Média	0,38	10,61	10,23
	Máximo	1,81	12,83	11,02

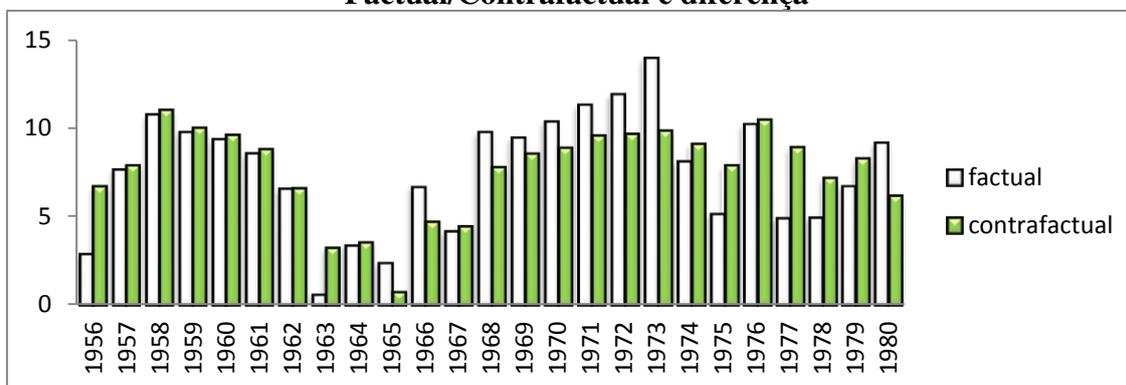
<sup>7</sup> Na verdade, foi estimado apenas um modelo VAR. Porém, a introdução de variáveis *dummies* permite a estimação dos seus parâmetros de forma a se identificar os dois cenários especificados.

	Desv.padrão	0,87	3,79	2,92
<b>Taxa de Câmbio</b>	Mínimo	1,73	1,60	-0,13
	Média	4,28	5,01	0,73
	Máximo	7,38	7,57	0,19
	Desv.padrão	1,81	2,24	0,43
<b>Inflação</b>	Mínimo	1,51	16,73	15,22
	Média	34,40	31,90	-2,50
	Máximo	77,11	46,50	-30,61
	Desv.padrão	19,22	12,56	-6,66

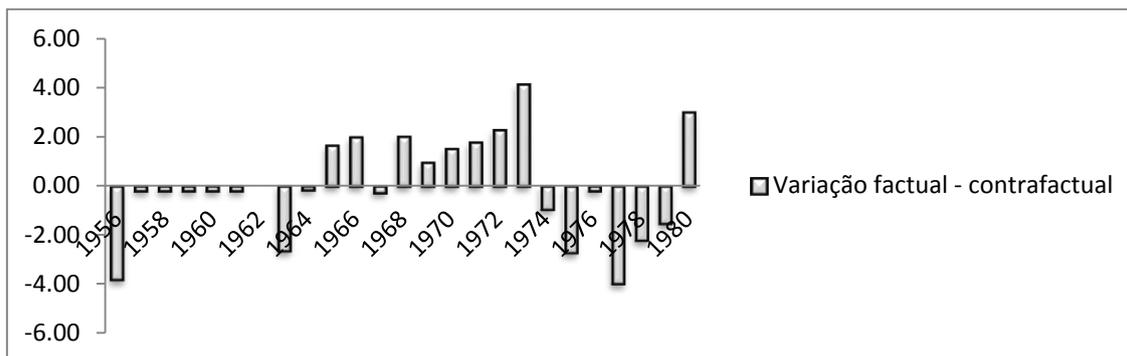
Fonte: Elaboração Própria.

Esses resultados sugerem que em média, o crescimento do PIB teria sido menor caso não tivesse ocorrido o Plano de Metas. Esse crescimento foi superior em 1.81 pontos percentuais no período do Plano. Talvez seja possível inferir que o fato do crescimento do PIB no período factual ter sido maior em relação ao contrafactual pode ter sido devido às políticas desenvolvimentistas implementadas no referido período<sup>8</sup>, entre elas, um aumento significativo nas taxas de Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF e um maior grau de abertura econômica.

**Gráfico 1 - Produto Interno Bruto do Brasil, 1956-1980 – Factual/Contrafactual e diferença**



<sup>8</sup> As políticas implementadas durante o Plano de Metas foram descritas no segundo capítulo deste trabalho.



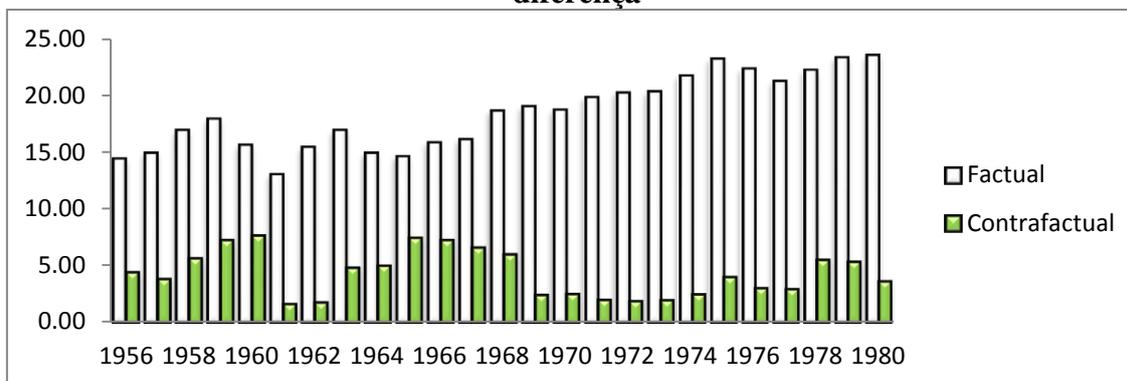
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do IBGE.

Os Gráficos 1 apresenta as taxas de crescimento do PIB para o cenário factual e para os anos seguintes ao Plano de Metas, bem como a diferença entre os valores estimados para esses cenários. Para alguns anos, os valores do PIB em ambos os cenários são bem próximos, o que resulta em uma pequena variação na trajetória de crescimento.

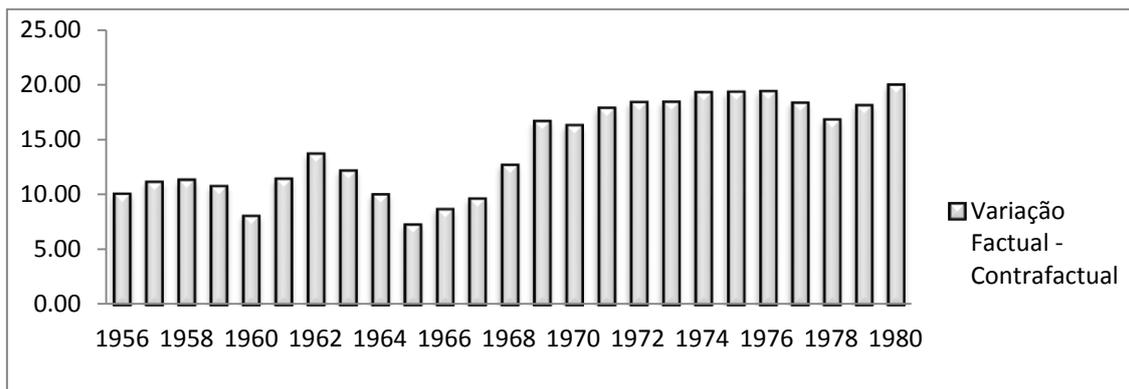
Em relação à taxa de Investimento, os resultados sugerem que esta teria sido superior em 3.23 pontos percentuais caso o Plano de Metas não tivesse existido. Os dados indicam que esta foi menor em 3.23 pontos percentuais durante o Plano de Metas. Esses resultados sinalizam que os grandes investimentos feitos durante o período do Plano de Metas tiveram um efeito maior na economia nos anos seguintes. Até o final da década de 1980, os níveis de investimento da Economia Brasileira foram bem maiores em relação ao Plano de Metas (conforme GRÁF.2).

Os gráficos a seguir apresentam as taxas de investimento estimadas para o cenário factual e para os anos posteriores ao Plano de Metas; e a diferença entre os valores estimados para esses cenários.

**Gráfico 2 - Taxas de Investimento, Brasil, 1956-1980 – Factual/Contrafactual e diferença**



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise Cliométrica acerca do Governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961)**

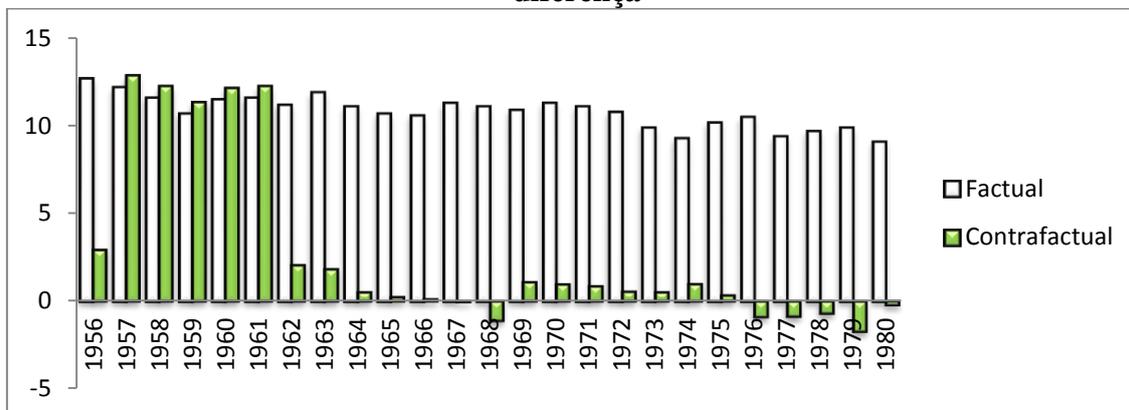


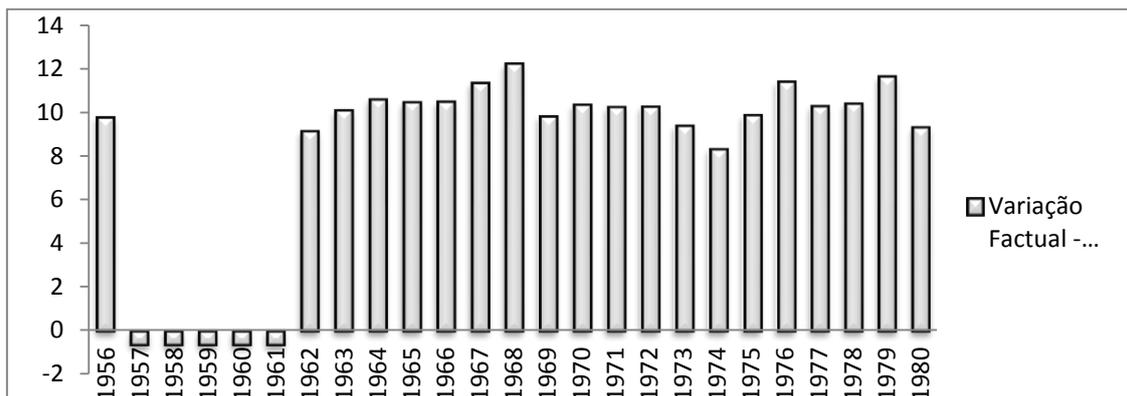
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do IBGE.

Sobre o Consumo do Governo em relação ao PIB, os resultados indicam que caso o Plano de Metas não tivesse ocorrido, a participação seria bem menor. Em média, a participação do governo foi 10.23 pontos percentuais maior. Esse resultado comprova os fatos descritos no segundo capítulo deste trabalho, referente ao aumento dos gastos feitos pelo presidente Juscelino Kubitschek. Era necessário realizar um dispêndio de muitos recursos financeiros, para cumprir as metas referentes aos cinco setores básicos do Plano de Metas, sendo estes: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Os gráficos a seguir apresentam os resultados estimados para o cenário factual e para os anos seguintes, acerca do consumo do Governo bem como a diferença entre os valores estimados para esses cenários.

**Gráfico 3: Consumo do Governo, Brasil, 1956-1980 – Factual/Contrafactual e diferença**



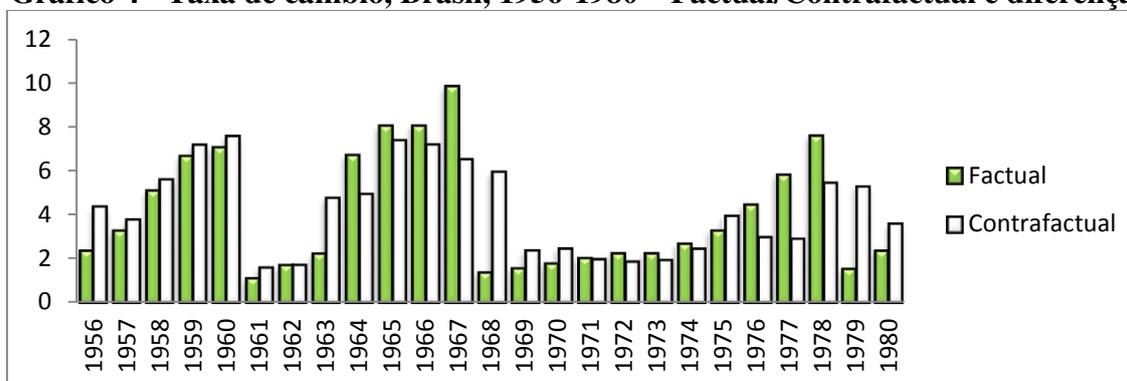


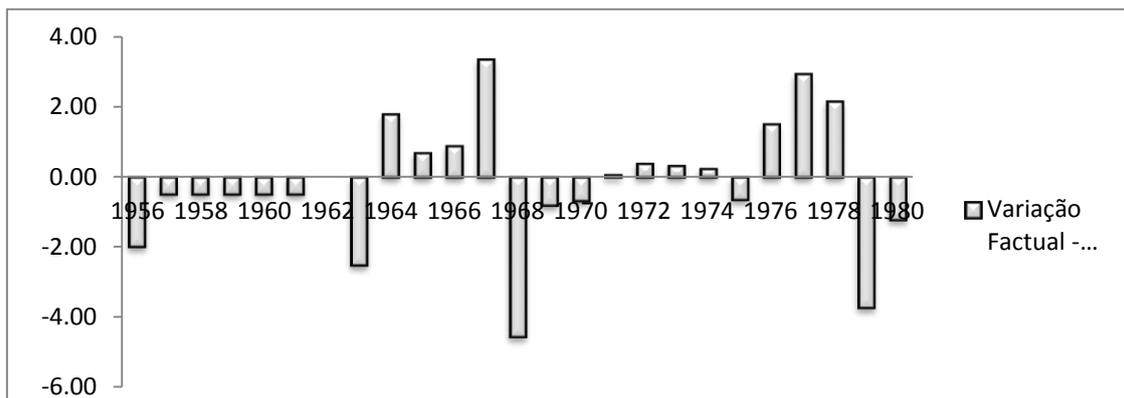
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do BACEN.

Em relação à taxa de câmbio, um dos principais instrumentos de Política Monetária, verifica-se que caso o Plano de Metas não tivesse ocorrido, a moeda brasileira teria sido desvalorizada, em média, em cerca de 0.73 pontos percentuais. A moeda brasileira, durante o Plano de Metas, valorizou-se, em média, 0.73 pontos percentuais em relação ao período analisado. Os resultados convergem com a política de valorização adotada durante o Plano, da moeda brasileira frente às demais, dado que era preciso incentivar e aumentar as importações brasileiras, principalmente em relação a bens de capitais, para estimular a produção das indústrias nacionais. As indústrias mais favorecidas foram a automobilística e a naval.

Nos gráficos seguintes são apresentados os valores referentes à taxa de câmbio para o cenário factual e para os anos seguintes ao Plano de Metas, e a variação entre os valores estimados para esses cenários. Para alguns anos, os valores de ambos os cenários apresentam uma pequena diferença.

**Gráfico 4 - Taxa de câmbio, Brasil, 1956-1980 – Factual/Contrafactual e diferença.**



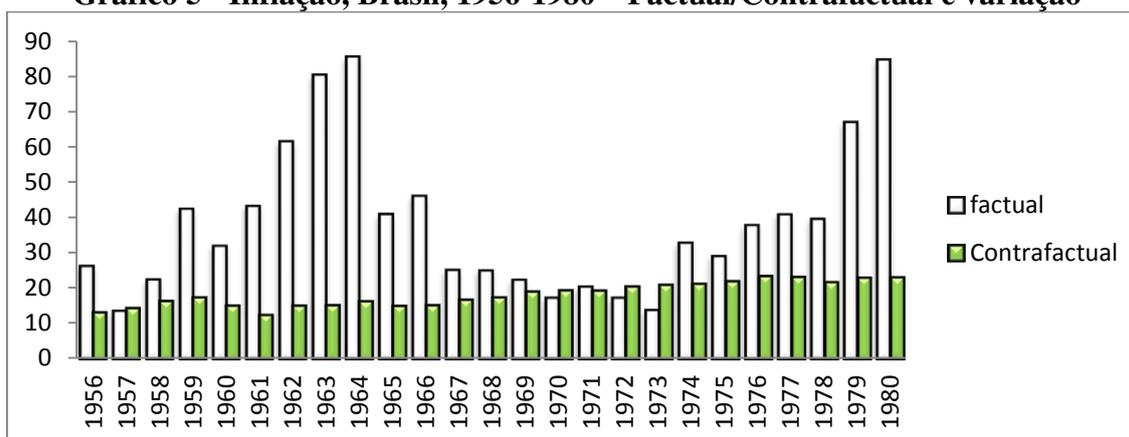


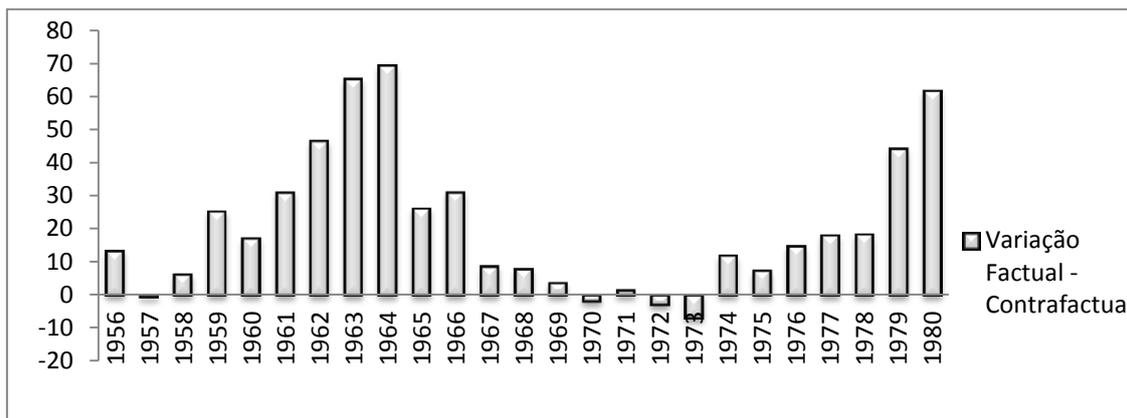
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da FGV.

No âmbito da inflação, segundo os resultados obtidos, caso o Plano de Metas não tivesse ocorrido, ela seria em média 2.50 pontos percentuais menor. A explicação relaciona-se à alta emissão monetária que o presidente Juscelino realizou durante todo o seu Governo para conseguir atingir as metas propostas. Este fato, inclusive, foi um dos motivos que levou o Presidente a romper com o FMI, diante das medidas restritivas recomendadas.

Os gráficos que seguem apresentam os valores da inflação para o cenário factual e para o período seguinte ao Plano de Metas, bem como a diferença entre os valores estimados para esses cenários. Para alguns anos, os valores de ambos os cenários são bem distintos, o que resulta em uma ampla diferença.

**Gráfico 5 - Inflação, Brasil, 1956-1980 – Factual/Contrafactual e variação**





Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do IBGE.

O exercício contrafactual reportado neste trabalho sugere que a implementação do Plano de Metas, e consecutivamente, das políticas desenvolvimentistas, resultou em um maior crescimento econômico do que aquele que teria ocorrido na eventualidade do país não ter implementado o Plano.

A razão fundamental que deve ser extraída deste estudo é que durante todo o período desenvolvimentista estudado, o Plano de Metas consistiu no mais importante mecanismo de implementação dessas políticas, sendo, portanto, sua relevância confirmada na análise contrafactual realizada.

### **Considerações finais**

A linha condutora deste trabalho consistiu em analisar as políticas desenvolvimentistas brasileiras, enfatizando, sobretudo, aquelas implementadas no governo de Juscelino Kubitschek.

O exercício factual e contrafactual reportado sugere que a ocorrência do Plano de Metas resultou em um maior crescimento econômico do que aquele que teria ocorrido na eventualidade do país não ter implementado as políticas desenvolvimentistas. Antes do Plano de Metas, a economia brasileira era sustentada por bens primários. A agricultura era pouco desenvolvida, sendo o seu principal produto o café, que estava perdendo valor no mercado externo. Diante desse quadro, o presidente Juscelino Kubitschek estabeleceu a meta: crescer 50 anos em cinco. O cenário factual e contrafactual evidenciaram um significativo crescimento econômico, no período.

Diante do que foi exposto neste trabalho, é perceptível a importância que o Plano de Metas teve para o país. Durante todo o período houve a consolidação de que a nação se expandia através do capital e este se convergia ao capital industrial, que depois de um determinado tempo, começava a transcender os limites das nações promovendo crescimento e desenvolvimento.

Os resultados apresentados são consoantes à técnica aplicada; a qual tem suas limitações. As mudanças de política econômica influenciam as expectativas das empresas e das famílias. Portanto, essas expectativas podem afetar as variáveis econômicas, como o PIB. Esse fato dificulta realizar, de forma mais precisa, uma previsão da trajetória da economia brasileira caso não tivessem sido implementadas as políticas desenvolvimentistas do Governo Juscelino Kubitschek. Além disso, os resultados baseiam-se também na especificação do modelo VAR e no tamanho da amostra. Apesar desse tipo de modelo ser um dos mais utilizados nos estudos cliométricos, o tamanho da amostra utilizada constitui uma limitação, que de certa forma afeta os resultados obtidos. Por fim, a inclusão de outras variáveis macroeconômicas pode melhorar os resultados aqui obtidos, o que pode ser feito em trabalhos futuros.

### **Referências Bibliográficas**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O novo desenvolvimentismo*. In: *Globalização e Competição*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, p.75-94, 2002.

ENDERS, W. *Applied econometric time series*. New York, John Wiley and Sons, p. 517, 2010.

FOGEL, R.W.; ENGERMAN, S. *Scientific History and Traditional History*. In: FOGEL, R. W. and ELTON, G. R.(eds.). *Which Road to the Past? Two Views of History*. New Haven, 1983.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRANDI, Guilherme. História Econômica ou Economia Retrospectiva? Robert Fogel e a polêmica sobre o impacto econômico das ferrovias no século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*. v.2., n.1, 2009.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas  
Desenvolvimentismo brasileiro: Uma análise Cliométrica acerca do Governo de Juscelino  
Kubistchek (1955-1961)**

MANTEGA, Guido. *O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes*. In: LOUREIRO, Maria Rita. 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997c.

PREBISCH, R. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. In: Gurrieri, A. La obra de Prebischenla CEPAL. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

SILVA. Giliad Souza. O pensamento econômico brasileiro de 1930 a 1964: por uma nova formulação tipológica. *A economia em Revista*. v.18., n. 2, dezembro 2010.

**Outras Fontes**

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. *Base de dados macroeconômicos IPEADATA*. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

*The Newsletter of the Cliometric Society*. Vol 28. nº1. Summer 2013.